CONSELHO CONSULTIVO

PEMBA, 05 A 07 DE NOVEMBRO DE 2025

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DAS PESCAS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

BANCO DE MOÇAMBIQUE

CADERNO DE INTERVENÇÕES E DEBATES

NO 50.º CONSELHO CONSULTIVO

Maputo, 13 de Novembro de 2025

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DAS PESCAS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

BANCO DE MOÇAMBIQUE
CADERNO DE INTERVENÇÕES E DEBATES
NO 50.º CONSELHO CONSULTIVO

ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA III

DISCURSO DE ABERTURA: BANCO DE MOÇAMBIQUE IV

NOTA DE BOAS-VINDAS: GOVERNO PROVINCIAL DE CABO DELGADO IX

NOTAS DE BOAS-VINDAS: CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PEMBA XII

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DAS PESCAS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO 1

SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES DA AUDIÊNCIA NA APRESENTAÇÃO DO ESTUDO XXII

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Moçambique (BM) realizou, entre os dias 5 e 7 de Novembro de 2025, na cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, o seu 50.º Conselho Consultivo (50.º CCBM). Os primeiros dois dias foram dedicados ao debate de assuntos internos da instituição, enquanto o terceiro dia, aberto ao público, foi reservado para a apresentação e discussão do tema "**Os Desafios para o Desenvolvimento do Sector das Pescas em Moçambique: O Caso da Província de Cabo Delgado**".

A sessão pública contou com a presença de Sua Excelência o Governador da Província de Cabo Delgado, do Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Pemba, de antigos Governadores do Banco de Moçambique, de altos representantes das instituições financeiras nacionais e internacionais, associações empresariais e comunitárias, bem como principais actores do sector das pescas.

O objectivo desta sessão foi contribuir para o debate sobre os caminhos a seguir para promover a dinamização do sector das pescas em Moçambique, com enfoque na Província de Cabo Delgado, e identificar possíveis soluções para o desenvolvimento sustentável da actividade pesqueira, com base em políticas inclusivas, participativas e economicamente viáveis.

O presente Caderno, que constitui uma colectânea dos contributos apresentados durante a sessão, inclui: (i) o discurso de abertura proferido por Sua Excelência o Governador do Banco de Moçambique; (ii) as notas de boas-vindas apresentadas por Sua Excelência Governador da Província de Cabo Delgado e pelo Excelentíssimo Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Pemba; (iii) o documento que serviu de base para a apresentação do BM sobre o tema, feita pelo Director do Departamento de Relações Internacionais e Protocolo; (iv) a síntese das intervenções da audiência; e (v) as notas finais proferidas pelo Governador do BM.

DISCURSO DE ABERTURA:
BANCO DE MOÇAMBIQUE

Sua Excelência o Governador do Banco de Moçambique
Rogério Lucas Zandamela

Senhor Governador da Província de Cabo Delgado, Excelência,

Senhores Antigos Governadores do Banco de Moçambique, Excelências,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Pemba,

Excelentíssimos Senhores Administradores do Banco de Moçambique,

Excelentíssimos Senhores Antigos Administradores do Banco de Moçambique,

Estimados Senhores Representantes de Instituições Públicas e Privadas,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Muito bom dia!

1. É com enorme satisfação que, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, saúdo a todos os presentes e agradeço por se juntarem a nós nesta sessão pública do Quinquagésimo Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, aqui na encantadora cidade de Pemba, que 12 anos depois, volta a acolher este evento, com o mesmo encanto do mar azul e a hospitalidade calorosa da sua gente.

2. Quero, de forma especial, expressar o nosso profundo reconhecimento à Sua Excelência, o Governador da Província de Cabo Delgado, Valige Tauabo, pela colaboração contínua e disponibilidade, que tornaram possível a realização deste importante evento.

3. Estendo igualmente o nosso apreço ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Pemba, Satar Abdulgani, pelo apoio prestado às nossas equipas de trabalho, em claro testemunho do seu compromisso com o desenvolvimento económico e social desta cidade.

Distintos Convidados,

4. Este Conselho Consultivo tem para nós um significado muito especial, pois coincide com as comemorações dos 50 anos do Banco de Moçambique e dos 45 anos da nossa moeda nacional, o Metical, marcos que, para além de celebrarem a nossa história institucional, renovam o nosso compromisso de continuar a servir o País, promovendo a estabilidade macroeconómica e a solidez do sistema financeiro.

5. Como tem sido habitual, iniciamos os nossos trabalhos há dois dias, período em que avaliámos os progressos alcançados pela nossa instituição, definimos as prioridades estratégicas que orientarão a nossa actuação nos próximos anos e reafirmamos a nossa determinação de continuar a construir um banco central moderno, eficiente e cada vez mais próximo do cidadão.

6. Como parte importante do nosso evento, mantivemos a tradição de visitar alguns empreendimentos económicos da província, como a Fábrica de Cimentos de Cabo Delgado e a plataforma flutuante Coral Sul_FLNG, duas referências do potencial industrial e energético da região norte do País, que espelham a capacidade de Cabo Delgado em contribuir de forma decisiva para o crescimento da economia nacional.

7. No âmbito da implementação da nossa Política de Responsabilidade Social, decidimos apoiar o orfanato *Direct Aid* - Africa Muslim na cidade de Pemba e a Escola Primária Comunitária Upuha_wo_ncufi, no distrito de Mecúfi, uma das zonas mais afectadas pelo ciclone Chido.

8. Estes apoios, na forma de donativos, destinam-se a melhorar as condições de acolhimento e de ensino, bem como representam um gesto de solidariedade e compromisso com o bem-estar das comunidades e o futuro das crianças desta província.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

9. Como parte da nossa herança institucional, no terceiro e último dia do nosso Conselho Consultivo realizamos uma sessão aberta ao público, dedicada à reflexão sobre um tema de interesse nacional e, em particular, provincial, cuja importância ultrapassa as fronteiras do sector financeiro e toca directamente o desenvolvimento económico e social do País.

10. Este ano, escolhemos abordar o tema sobre: "Os Desafios para o Desenvolvimento do Sector das Pescas em Moçambique: O Caso da Província de Cabo Delgado".

11. A escolha deste tema, decorre da preocupação concreta de compreender como um sector com tanto potencial económico e social, continua aquém da sua verdadeira capacidade de contribuir para o desenvolvimento equilibrado e inclusivo do País.

12. É sobejamente conhecido que Moçambique dispõe de uma das maiores zonas costeiras do continente africano, com 2.700 quilómetros de litoral e uma das mais ricas zonas económicas exclusivas do Oceano Índico, abrigando espécies de elevado valor comercial.

13. Diante desta constatação, a questão que naturalmente se impõe é: Afinal, quais são os verdadeiros desafios que travam o desenvolvimento sustentável do sector das pescas em Moçambique, e particularmente na província de Cabo Delgado?

14. É para buscar resposta a esta pergunta que reunimos, neste fórum, os principais *stakeholders* e o público em geral, para reflectirmos em conjunto sobre soluções práticas e sustentáveis que permitam dinamizar o sector e valorizar o potencial pesqueiro do País, tendo como base o documento que será apresentado de seguida.

15. Esperamos que deste encontro surjam consensos sólidos e propostas concretas para revitalizar o sector, fortalecer a governação institucional, promover a inclusão da pesca artesanal e atrair investimento produtivo, transformando a pesca num verdadeiro motor de crescimento e prosperidade para as populações das zonas costeiras, em especial as de Cabo Delgado, contribuindo assim para a estabilidade macroeconómica do País.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

16. Antes de terminar a minha intervenção, permitam-me que, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique, proceda ao lançamento oficial do BmChat, o *Chatbot*

do Banco de Moçambique, que é um assistente virtual concebido para operar em tempo real, 24 horas por dia e 7 dias por semana.

17. O Bm*Chat, concebido no âmbito da nossa Estratégia de Transformação Digital,* constitui uma solução tecnológica inovadora, baseada em inteligência artificial, que disponibilizará informações do escopo de actuação do Banco de Moçambique, e poderá ser acedido através do *WhatsApp, Facebook* ou a partir do *site* do Banco de Moçambique.

18. Com esta inovação, pretendemos aproximar ainda mais o Banco de Moçambique ao cidadão, dentro e fora do País, tornando o acesso à informação mais célere, simples e inclusivo.
19. Convido a todos os presentes a conhecerem de perto esta ferramenta, a explorar os QR Codes disponíveis nestas instalações e a visitar o *stand* do Banco de Moçambique, onde poderão interagir directamente com o Bm*Chat* e experimentar as suas funcionalidades.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

20. Encerro a minha intervenção, desejando a todos um debate construtivo e frutífero, capaz de nos inspirar a contribuir com acções concretas e coordenadas visando o desenvolvimento do sector das pescas em Moçambique.

21. Declaro, assim, aberta a Sessão Pública do Quinquagésimo Conselho Consultivo do Banco de Moçambique!

Muito Obrigado!

NOTA DE BOAS-VINDAS:

GOVERNO PROVINCIAL DE CABO DELGADO

Sua Excelência Senhor Governador da Província de Cabo Delgado

Valige Tauabo

Sua Excelência Rogério Lucas Zandamela, Governador do Banco de Moçambique;

Sua Excelência Fernando Bemane de Sousa, Secretário de Estado na Província de Cabo Delgado;

Respeitados Senhores Membros do Conselho Consultivo do Banco de Moçambique;

Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho dos Serviços Provinciais de Representação do Estado e do Conselho Executivo Provincial;

Excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Pemba;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Pemba;

Distintos convidados;

Minhas Senhoras, Meus Senhores.

1. Por ocasião da realização deste importante Seminário sobre os Desafios para o Desenvolvimento do Sector das Pescas, permitam-nos renovar os nossos votos de uma boa estadia e agradecimentos à Vossas Excelências, Senhores Membros do Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, pela escolha da Província de Cabo Delgado, em especial a Cidade de Pemba, para acolher a Quinquagésima Sessão do Conselho Consultivo do Banco de Moçambique.

2. Para nós (autoridades governamentais, agentes económicos, a população em geral e, em especial, os diferentes actores que intervêm na cadeia de produção, processamento e comercialização do pescado), testemunhar a apresentação do estudo sobre "os Desafios para o Desenvolvimento do Sector das Pescas em Moçambique: O Caso da Província de Cabo Delgado é motivo de grande satisfação e encorajamento, pois, reafirma o interesse do Governo de Moçambique, através do seu principal conselheiro no domínio financeiro, sobre a necessidade de apostar na pesca, um dos principais eixos para o crescimento da economia e geração de renda para as nossas comunidades.

Excelências;

3. A pesca é, das mais antigas e relevantes actividades económicas da Província de Cabo Delgado. É uma das actividades que contribui de forma significativa para a balança comercial, segurança alimentar e nutricional e geração de emprego, nesta Província.

4. Cabo Delgado possui enorme potencial para o desenvolvimento da pesca: tem uma costa marítima de cerca de 430 quilómetros de extensão, com extensas áreas de mangal, variadas espécies de peixe e mariscos de elevado valor nutricional e comercial; Cabo Delgado tem água interiores, com potencial para o desenvolvimento da pesca continental (aquacultura e piscicultura).

5. Actualmente, a pesca praticada nesta Província é predominantemente artesanal, por insuficiência de recursos para realizar a actividade no alto mar, em grandes embarcações, para fins comerciais e industrial.

6. Infelizmente, os pescadores de Cabo Delgado sofreram enormes prejuízos com a passagem dos Ciclones Kenneth e Chido, bem como, devido ao terrorismo.

7. Dai que, ao realizarmos esta reunião, para além de conhecimento mais aprofundado sobre o estado actual do sector pesqueiro na Província, a nossa expectativa tem a ver com a retoma e o reforço das actividades de pesca, através de investimentos que nos permitirão alcançar altos índices de produção e produtividade pesqueira.

8. Estamos convictos de que, as discussões e recomendações que daqui resultarão, irão contribuir para galvanizar as actividades de pesca em Cabo Delgado, e, no País, em geral, por isso, mais uma vez, deixar aqui uma palavra de profundo apreço ao Banco de Moçambique pela escolha da nossa Província para acolher este evento.

E muito obrigado pela atenção dispensada.

Pemba, 07 de Novembro de 2025

NOTA DE BOAS-VINDAS:

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PEMBA[1]

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Pemba

Satar Abdulgani

[1] Transcrição livre do seu discurso proferido efectuada pelo editor do Caderno

Bom dia a todos.

Sua Excelência Governador do Banco de Moçambique;

Sua Excelência Governador da Província de Cabo Delgado;

Excelências aqui presentes; e

Caros Munícipes, convidados aqui nesta sala.

1. Quero, em meu nome pessoal e em nome da população da cidade de Pemba, agradecer ao Banco de Moçambique pelo facto de ter escolhido a cidade de Pemba para esta sessão, ou este Consultivo, porque a cidade de Pemba passa um momento de inclusão e reconhecimento da sua população em diversas esferas – face às esferas financeiras, sociais e económicas.

2. E esse feito, de o Banco de Moçambique ter escolhido a cidade de Pemba, mostra-nos, enquanto munícipes da cidade de Pemba, uma certa inclusão, que é o grande feito do Governo de Moçambique, de dizer a todos os Moçambicanos, em viva-voz, que Moçambique é uno e que todos nós temos de viver em unidade.

3. Razão pela qual a população de Pemba, já nestes três ou quatro dias, e vocês V. Exias já puderam vivenciar isso, se mostra como uma população diversificada em boas qualidades, pois é uma população hospitaleira. Aqui temos lindas praias, com águas cristalinas, que acredito que já tenham visitado. Para aqueles que chegaram ontem, no final do dia, depois deste Consultivo é melhor irem visitar as nossas lindas praias. Não é por acaso que a natureza nos deu a beleza e o título de sermos a terceira maior baía do Mundo.

4. Excelências, mais uma vez, ao Banco de Moçambique, em nome da Vossa Excelência, Governador do Banco de Moçambique, queremos dizer, como população da Cidade de Pemba, o nosso muito obrigado por este reconhecimento. E eu vou dar um presente especial a todos: vão e regressem aos vossos postos de trabalho com a consciência de que a cidade de Pemba é casa de todos os Moçambicanos. E levem, a partir daqui, que a população de Pemba e de Moçambique inteiro precisa de vocês.

5. Meu Muito Obrigado.

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DAS PESCAS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO 5

I. INTRODUÇÃO 6

II. IMPORTÂNCIA SOCIOECONÓMICA DO SECTOR DAS PESCAS 8

2.1. Sector Pesqueiro no Mundo 8

2.2. Sector Pesqueiro em Moçambique 11

III. O SECTOR DAS PESCAS EM CABO DELGADO 14

3.1. Breve Caracterização do Sector Pesqueiro em Cabo Delgado 14

3.2. Principais Desafios e Barreiras ao Desenvolvimento do Sector das Pescas 16

IV. PROPOSTAS DE MEDIDAS PARA A DINAMIZAÇÃO DO SECTOR PESQUEIRO 22

V. QUESTÕES PARA DEBATE 24

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 25

ANEXO 1: PROPOSTAS DE ACÇÕES PARA ALAVANCAR O POTENCIAL DA PESCA EM MOÇAMBIQUE 28

ANEXO 2: INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS XIII

ANEXO 3: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS XV

Lista de Tabelas

Tabela 1: Emprego no Sector de Pescas por Continente (2010-2022) 8
Tabela 2: Alguns Indicadores Estatísticos de Cabo Delgado 15

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Evolução da Produção Mundial de Pescado 9
Gráfico 2: Maiores Produtores Mundiais de Pescado em 2023 (% do Total) 9
Gráfico 3: Maiores Produtores de Pescado em África (2023, % do Total Africano) 10
Gráfico 4: Maiores Exportadores de Pescado em África (2023, USD Milhões) 10
Gráfico 5: Evolução do Consumo *Per Capita* de Pescado em Moçambique (kg/ano) 12
Gráfico 6: Estrutura da Produção do Sector Pesqueiro em 2024 12
Gráfico 7: Estrutura da Força de Trabalho do Sector Pesqueiro em 2022 12
Gráfico 8: Licenciamento de Operadores da Pesca Industrial – Frota Estrangeira (2010-2022) 13
Gráfico 9: Evolução da Receita de Licenciamento da Pesca 13
Gráfico 10: Evolução da Contribuição do Sector das Pescas no PIB (1991-2024) 13
Gráfico 11: Produção de Pescado e Participação de Cabo Delgado no Total Nacional (2010-2024) 15
Gráfico 12: Quota de C. Delgado na Prod. Nacional de Pesca Artesanal (2012-24) 15

Lista de Figuras

Figura 1: Potencial da Pesca em Moçambique - Toneladas 12
Figura 2: Mapa da Província de Cabo Delgado 14
Figura 3: Crescimento do PIB e Contrib. da Agric. e Pescas em C. Delgado (2023) 16
Figura 4: Operadores do Sector das Pescas que Encerraram Actividades 18
Figura 5: Mercado de Peixe no Bairro Paquitequete 19

Lista de Caixas

Caixa 1: Grupos de Interesse Comprometem o Desenvolvimento do Sector das Pescas em Moçambique 17
Caixa 2: Monitoria Deficiente e Riscos Operacionais na Fiscalização das Pescas 21
Caixa 3: Pesca Ilegal – Um Desafio à Soberania e à Sustentabilidade 21

Lista de Siglas

- ADNAP – Administração Nacional das Pescas
- AIS – *Automatic Identification System*
- BM – Banco de Moçambique
- CCP – Conselhos Comunitários de Pesca
- FAO – Food and Agriculture Organization
- IDEPA – Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- INOM – Instituto Oceanográfico de Moçambique
- MAAP – Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas
- MIMAIP – Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca
- PIB – Produto interno bruto
- RTP – Rádio e Televisão de Portugal
- UE – União Europeia
- USAID – United States Agency for International Development
- USD – Dólar Norte-americano
- VMS – *Vessel Monitoring System*

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente estudo tem por objectivo contribuir para o debate sobre os caminhos a seguir para promover a dinamização do sector das pescas em Moçambique, e está inserido no âmbito do Conselho Consultivo do Banco de Moçambique (BM). Com uma actividade pesqueira predominantemente artesanal (96%), o país explora apenas 10% do seu invejável potencial de produção e recorre a importações para suprir as necessidades de consumo de pescado.

Tomando Cabo Delgado como caso de estudo, a análise mostra que, num contexto em que a pesca industrial e semi-industrial permanece incipiente e sem expressão relevante, persistem dificuldades de entrada de novos investidores, bem como de sobrevivência dos poucos que tentam explorar oportunidades no sector, perpetuando a manutenção de um perfil produtivo caracterizado pela baixa valorização e elevadas perdas pós-captura.

O estudo identifica que os principais entraves à dinamização do sector resultam de barreiras impostas aos operadores e potenciais operadores por actores influentes movidos por interesses individuais, e sugere a necessidade de um comprometimento que garanta uma governação transparente e efectiva do sector.

I. INTRODUÇÃO

Moçambique dispõe de mais de 2.700 km de costa contínua e de uma zona económica exclusiva rica em recursos marinhos, com espécies de elevado valor comercial e uma capacidade produtiva estimada em cerca de 5 milhões de toneladas por ano. Apesar de tal potencial, o país explora apenas 10% da sua capacidade, o que resulta na dependência de importações para suprir as necessidades de consumo interno, cada vez maiores, num contexto em que a exiguidade de investimento público torna o sector dependente dos recursos provenientes dos parceiros de cooperação, que não geram transformação estrutural.

A pesca artesanal, responsável por 96% da produção nacional, opera numa cadeia de valor frágil e desintegrada. Com efeito, o sector é caracterizado pelo uso predominante de embarcações rudimentares, pela ausência de infra-estruturas básicas como pontos de desembarque, portos de pesca, sistemas de transporte e conservação do pescado, bem como pela inexistência de indústrias de transformação e valorização do produto, mantendo-se ancorado a um baixo valor acrescentado e sujeito a perdas pós-captura significativas.

A província de Cabo Delgado apresenta um potencial pesqueiro considerável, com cerca de 500 km de linha costeira, zonas de reprodução marinha activas, acesso a portos comerciais e uma rede de comunidades pesqueiras tradicionais. Contudo, a sua quota na produção nacional caiu de 12,5% em 2012 para 6,6% em 2024, passando da quarta para a sétima posição entre as províncias produtoras do país.

O presente estudo, que representa a contribuição do BM no âmbito da realização do Conselho Consultivo na cidade de Pemba, procura explorar os principais constrangimentos ao desenvolvimento do sector das pescas, tomando como base a província de Cabo Delgado. Para o efeito, realizaram-se uma análise documental e entrevistas de campo junto dos principais intervenientes da cadeia de valor do sector pesqueiro, incluindo autoridades governamentais a nível central e provincial, associações de pescadores, parceiros de cooperação, sector privado e organizações não governamentais. Combinando com estudos anteriores e algumas experiências internacionais de países líderes na indústria, o estudo analisa os vários constrangimentos que caracterizam o sector e propõe medidas que podem contribuir para a sua dinamização.

Os resultados preliminares apontam que o principal entrave à dinamização do sector está relacionado com uma crise de governação, que se caracteriza pela fragilidade das instituições e interferência de grupos influentes que conseguem sobrepor os seus interesses aos interesses colectivos. Estes constrangimentos limitam a entrada de investidores com tecnologias modernas, reduzem a valorização do pescado e dificultam a sua integração em cadeias de valor modernizadas, mantendo o país a dependente da importação de pescado para suprir o défice de oferta doméstica.

O estudo propõe que o desenvolvimento do sector das pescas em Moçambique passe pelo desmantelamento dos grupos de interesse, pela integração e valorização da pesca artesanal na cadeia de valor, e pela dotação de infra-estruturas adequadas à pesca comercial.

O documento apresenta a seguinte estrutura: após a introdução, a segunda secção sistematiza a importância socioeconómica do sector das pescas, tanto a nível mundial como em Moçambique, ilustrando o seu peso com indicadores estatísticos. A terceira secção apresenta uma análise do sector das pescas na província de Cabo Delgado, incluindo os principais desafios e constrangimentos que limitam a maximização do potencial do sector. A quarta secção faz recomendações para a dinamização sustentável do sector.

II. IMPORTÂNCIA SOCIOECONÓMICA DO SECTOR DAS PESCAS

2.1. Sector Pesqueiro no Mundo

O sector das pescas desempenha um papel central no bem-estar social e económico das comunidades costeiras e não só. Segundo a FAO (2024), mais de 61 milhões de pessoas dependem directamente da pesca e da aquacultura para emprego e alimentação, dos quais 85% se concentram na Ásia e 10% em África (Tabela 1). Para além disso, milhões de empregos adicionais são gerados de forma indirecta nas cadeias de valor, incluindo transformação, transporte e comercialização.

Tabela 1: Emprego no Sector de Pescas por Continente (2010-2022)

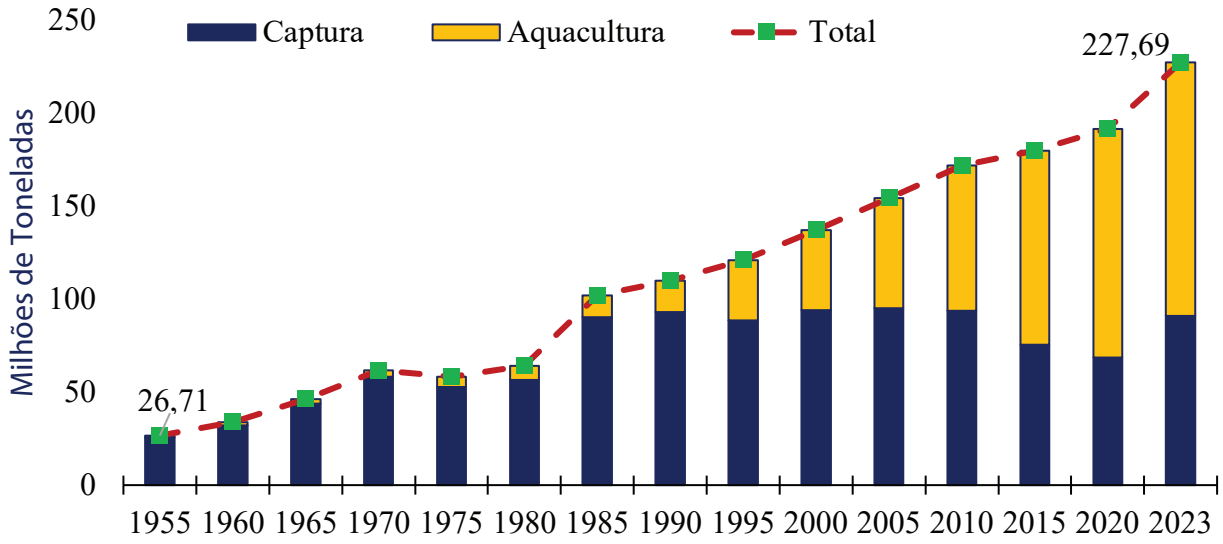
Região	Emprego (Milhares de Pessoas)			Peso no Emprego Mundial (%) - 2022
	2010	2021	2022	
Global	**60.755**	**62.829**	**61.815**	
África	2.717	6.042	6.141	9,9
Ásia	52.066	53.911	52.695	85,2
Europa	401	385	379	0,6
América Latina e Caraíbas	2.246	2.202	2.265	3,7
América do Norte	90	91	91	0,4

Fonte: FAO (2024)

A produção mundial também tem registado expansão, com a aquacultura a consolidar-se como principal motor do crescimento. Em 2023, a produção total atingiu 228 milhões de toneladas, dos quais 136 milhões foram provenientes da aquacultura e 91 milhões da pesca de captura[2] (Gráfico 1). Enquanto a aquacultura cresce de forma consistente, a pesca de captura revela sinais de estagnação, incapaz de acompanhar o aumento da procura global.

[2] FAO (2025)

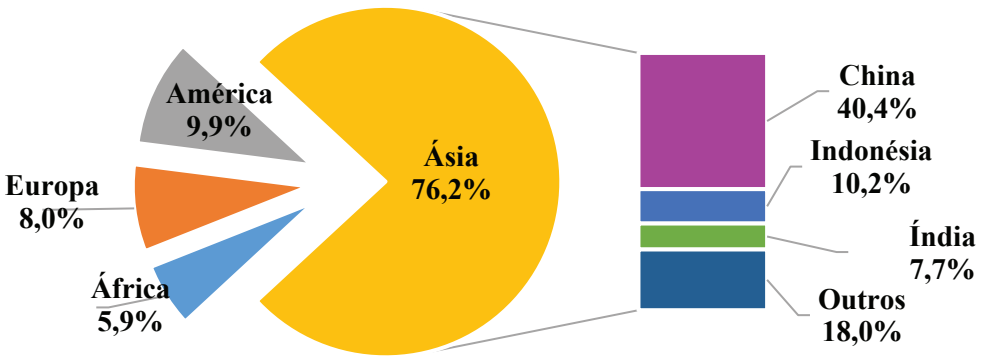
Gráfico 1: Evolução da Produção Mundial de Pescado



Fonte: FAO (2025)

A produção global da pesca de captura em áreas marinhas apresenta uma forte concentração geográfica, com clara predominância da Ásia. Em 2023, este continente foi responsável por mais de três quartos da produção mundial (76,2%), seguido pela América (9,9%), Europa (8,0%) e África (5,9%)[3]. Na Ásia, três países dominam: China (40,4%), Indonésia (10,2%) e Índia (7,7%), que em conjunto asseguram quase 60% da produção global (Gráfico 2). Por sua vez, o continente africano apresenta os níveis de produção mais baixos.

Gráfico 2: Maiores Produtores Mundiais de Pescado em 2023 (% do Total)

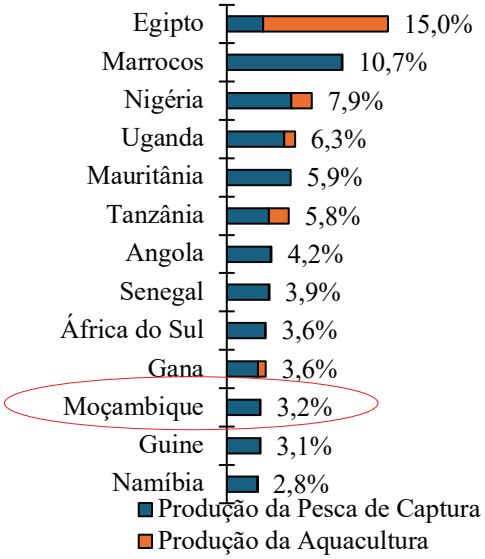


Fonte: FAO (2025)

[3] FAO (2025)

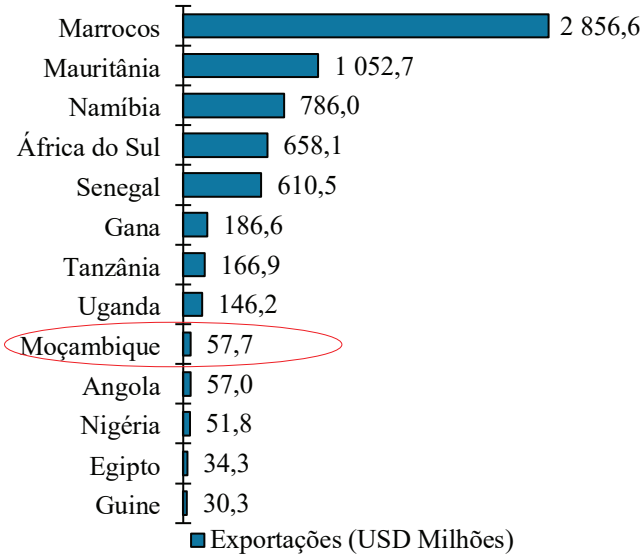
No continente africano, a produção e exportação de pescado concentram-se num número reduzido de países que conseguiram modernizar a sua cadeia de valor e integrar-se nos mercados globais. De acordo com a FAO (2025), destacam-se, ao nível da produção, o Egipto (15%), o Marrocos (10,7%) e a Nigéria (7,9%). Na vertente das exportações, sobressaem o Marrocos, a Mauritânia e a Namíbia, que, em 2023, geraram em conjunto receitas superiores a USD 4,6 biliões (Gráficos 3 e 4). O sucesso destes países assenta em investimentos públicos intencionais em infra-estruturas, unidades de processamento, certificação sanitária e redes logísticas, que lhes permitiram alcançar padrões competitivos no comércio internacional (FAO, 2024), num contexto marcado pela existência de instituições fortes e funcionais.

Gráfico 3: Maiores Produtores de Pescado em África (2023, % do Total Africano)



Fonte: FAO (2025)

Gráfico 4: Maiores Exportadores de Pescado em África (2023, USD Milhões)



Fonte: (FAO, 2025)

A experiência africana demonstra que a priorização estratégica do sector e a coordenação eficaz das políticas públicas são determinantes para transformar a pesca num motor de desenvolvimento económico e social. Países como o Senegal e a Mauritânia enfrentaram a fragilidade institucional e a exploração predatória que comprometiam a sustentabilidade e competitividade do sector, mas responderam com reformas estruturais que reforçaram a governação local e a soberania das instituições. Com efeito, estes países criaram mecanismos de co-gestão e renegociaram acordos internacionais para financiar portos e unidades de processamento. Estas medidas reduziram conflitos entre operadores, combateram a pesca ilegal e

elevaram a contribuição do sector até cerca de 10% do produto interno bruto (PIB), consolidando a pesca como um pilar relevante na sua estrutura económica.

A Namíbia, a África do Sul e a Tanzânia seguiram caminhos complementares, centrados na valorização do pescado e na modernização produtiva. A Namíbia destacou-se com a certificação internacional e com o programa "100% Fish", que abriu acesso a mercados de alto valor e reduziu desperdícios. A África do Sul criou *clusters* industriais e tornou obrigatória a transformação local de espécies como a lagosta, garantindo maior retenção de valor. Na Tanzânia, políticas de financiamento e infra-estruturas estratégicas, como o Porto de Kilwa, integraram milhares de pescadores no sistema bancário formal e impulsionaram a aquacultura, que cresceu mais de 50% em seis anos, tornando o país uma referência de modernização inclusiva e sustentável (vide anexo 2 para mais detalhes).

2.2. Sector Pesqueiro em Moçambique[4]

Moçambique dispõe de condições naturais ímpares para o desenvolvimento da actividade pesqueira. O país possui cerca de 2.700 km de costa, uma zona económica exclusiva rica em biodiversidade e uma vasta rede de rios, estuários e lagos interiores, que sustentam ecossistemas diversificados e propícios à produção de pescado (Jones, 2021). Esta riqueza biológica confere ao sector das pescas potencial, não apenas para satisfazer o consumo interno, mas também para dinamizar as exportações em larga escala[5].

Apesar desse potencial, o país explora apenas 10% da sua capacidade produtiva, estimada em 4,9 milhões de toneladas[6]. A aquacultura, que representa a maior parte da produção mundial de pescado, permanece praticamente inexplorada em Moçambique, com apenas 0,2% do seu potencial aproveitado (Figura 1). Enquanto o consumo per capita aumentou de 8,7 kg, em 2010, para 16,7 kg, em 2024, valor próximo da média mundial de 20,6 kg, em 2022, a produção doméstica continua aquém das necessidades do país, mantendo-o dependente de importações[7] e com um défice comercial superior a USD 30 milhões no ano de 2024 (INE, 2025 e BM, 2025).

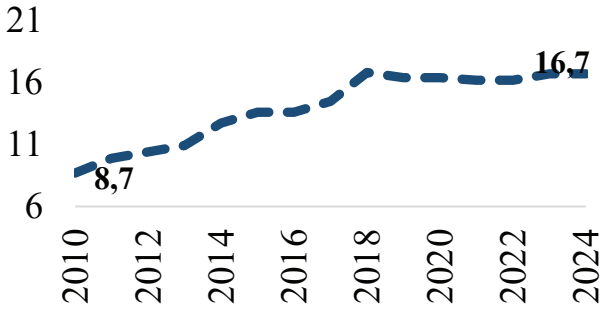
[4] O Anexo 3 apresenta dados estatísticos, séries históricas, mapas técnicos e uma maior descrição.
[5] Capaina (2021); Entrevistas (ADNAP, IDEPA e INOM – Delegação Provincial de Cabo Delgado).
[6] Direcção Nacional de Pescas e Aquacultura (2025).
[7] Em 2024 as importações de carapau congelado ascenderam a USD 67 milhões.

Figura 1: Potencial da Pesca em Moçambique - Toneladas

	Potencial (Toneladas)	Actual (Toneladas)	Potencial Explorado
Extracção	937.581	501.834	53,5%
Aquacultura	3.973.000	6.974	0,2%
Total	4.910.581	508.808	10,4

Fonte: Direcção Nacional de Pescas e Aquacultura, 2025

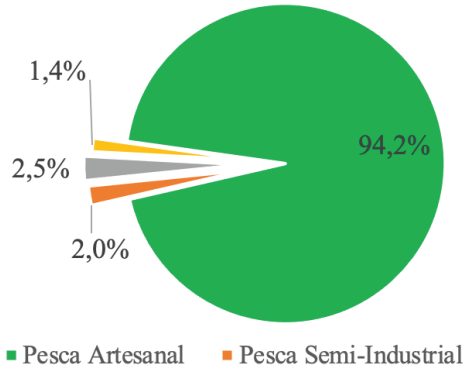
Gráfico 5: Evolução do Consumo *Per Capita* de Pescado em Moçambique (kg/ano)



Fonte: INE, 2025

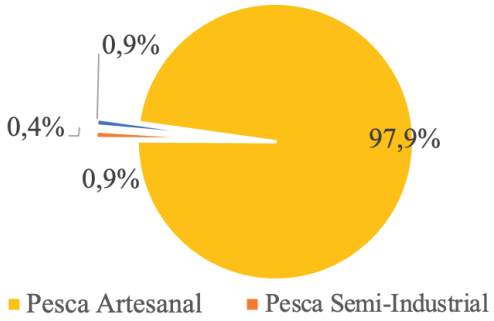
A estrutura de produção do sector é fortemente dominada pela pesca artesanal. Em 2024, Moçambique produziu cerca de 501 mil toneladas de pescado, das quais, mais de 90% teve origem na pesca artesanal, num cenário em que a pesca industrial, semi-industrial e aquacultura permanecem incipientes (Gráfico 6)[8]. A falta de integração da pesca artesanal na cadeia de valor modernizada reduz, significativamente, o potencial de geração de emprego qualificado (Gráfico 7). Com efeito, dados do INE (2025) mostram que, embora a pesca envolva centenas de milhares de moçambicanos, o sector representa apenas 3% da população economicamente activa.

Gráfico 6: Estrutura da Produção do Sector Pesqueiro em 2024



Fonte: INE, 2025

Gráfico 7: Estrutura da Força de Trabalho do Sector Pesqueiro em 2022



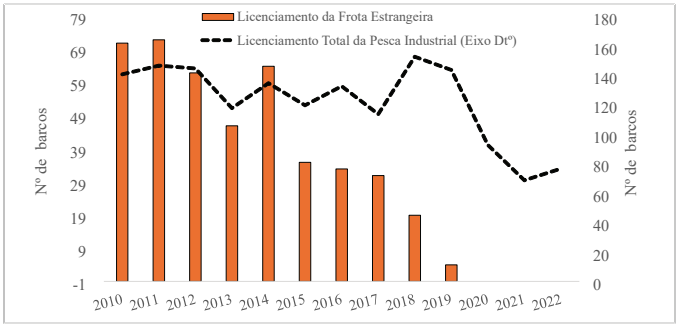
Fonte: INE, 2025

A preponderância da pesca artesanal, aliada à estagnação da frota industrial, fragiliza não apenas a base produtiva, mas também a sustentabilidade económica e fiscal do sector. Nos

[8] INE (2025)

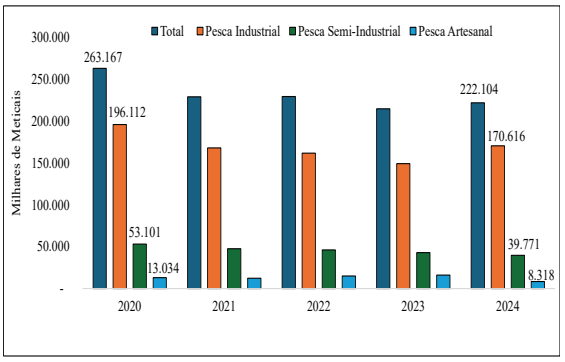
últimos anos, a contracção da actividade industrial traduziu-se numa queda acentuada no licenciamento e, consequentemente, nas receitas fiscais provenientes do sector. O número de operadores da pesca industrial de frota estrangeira caiu de 63, em 2011, para zero, em 2022, enquanto o licenciamento da frota doméstica seguiu a mesma trajectória descendente (Gráfico 8). Esta tendência tem reflexo nas receitas de licenciamento, que diminuíram de MZN 263 milhões, em 2020, para MZN 222 milhões, em 2024 (Gráfico 9).

Gráfico 8: Licenciamento de Operadores da Pesca Industrial – Frota Estrangeira (2010-2022)



Fonte: MIMAIP

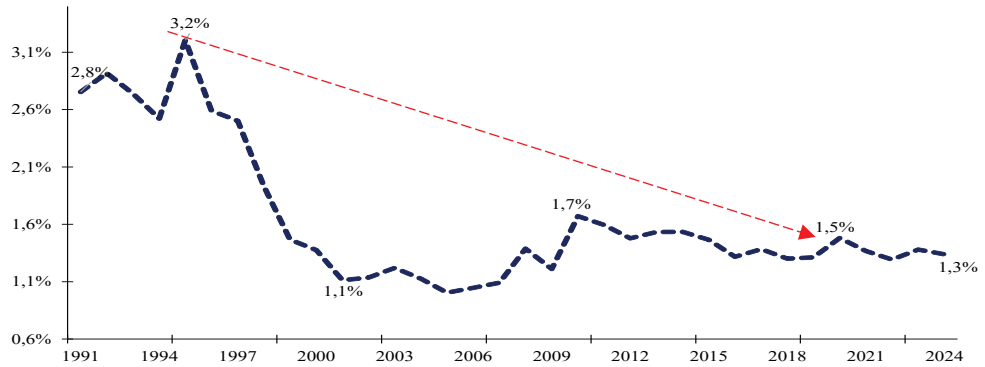
Gráfico 9: Evolução da Receita de Licenciamento da Pesca



Fonte: Direcção Nacional de Pescas e Aquacultura (2025)

Em suma, a contribuição económica do sector das pescas no PIB apresenta uma trajectória de queda contínua. Dados do INE (2025) mostram que, na década de 1990, com poucos meios e baixa tecnologia, a contribuição ultrapassava 3%, mas esse valor foi-se reduzindo de forma contínua, atingindo apenas 1,3% em 2024 (Gráfico 10). Esta tendência confirma que, apesar da sua importância social, o sector perdeu relevância económica e deixou de desempenhar o papel dinamizador que poderia ter na economia nacional.

Gráfico 10: Evolução da Contribuição do Sector das Pescas no PIB (1991-2024)



Fonte: INE (2025)

III. O SECTOR DAS PESCAS EM CABO DELGADO

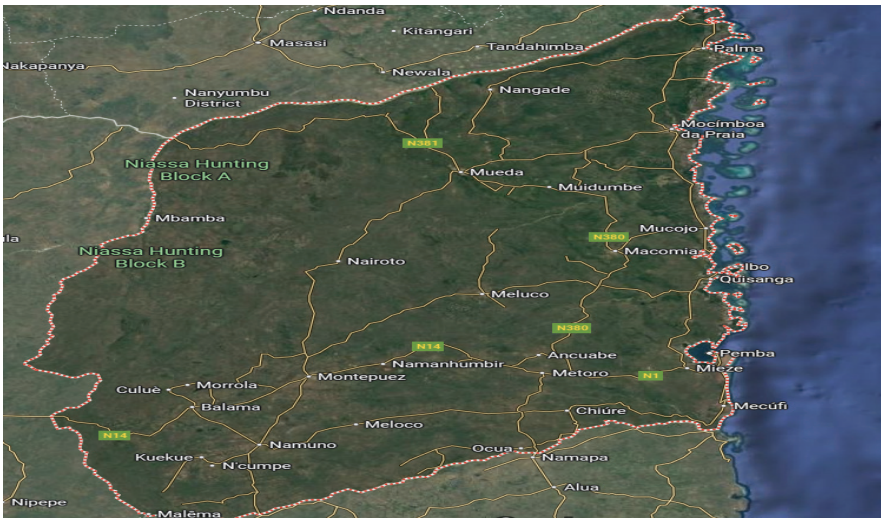
A análise realizada nesta secção baseia-se em entrevistas realizadas a entidades governamentais, associações de pescadores, Conselhos Comunitários de Pesca (CCP), parceiros de cooperação e outros actores relevantes (ver Anexo 1).

3.1. Breve Caracterização do Sector Pesqueiro em Cabo Delgado

Cabo Delgado possui condições naturais privilegiadas para o exercício da actividade pesqueira. O tema em análise é de especial relevância para a província, que possui cerca de 430 km de linha de costa e cerca de 52 ilhas, formando um mosaico ecológico de elevada riqueza biológica (MAAP, 2025). A biodiversidade marinha da região abrange espécies de elevado valor nutricional e económico[9], incluindo pelágicos, demersais e crustáceos.

À semelhança do que ocorre a nível nacional, a pesca artesanal é o principal pilar do sector na província. Segundo o MAAP (2025), existem 91 centros de pesca que envolvem 30.625 pescadores e 3.669 embarcações, das quais apenas 156 são motorizadas, reflectindo a predominância de práticas tradicionais e de baixa produtividade. Importa referir que não existem actualmente operações de pesca comercial (industrial, semi-industrial e aquacultura), o que limita significativamente a diversificação do sector.

Figura 2: Mapa da Província de Cabo Delgado

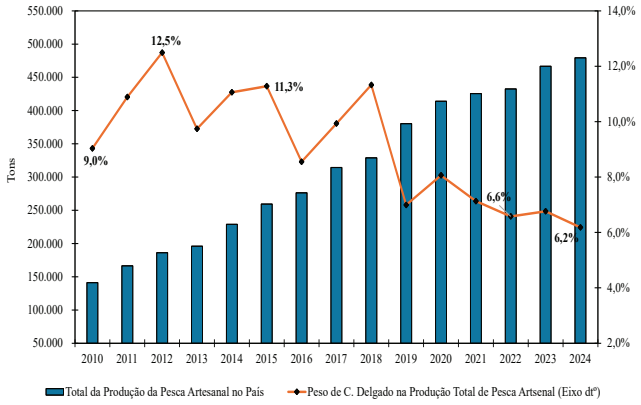


Fonte: Google Maps

[9] Preço médio no mercado internacional de produtos seleccionados: atum ($6 a $27 kg); garoupa ($5 a $15 kg); e camarão ($6 a $9 kg).

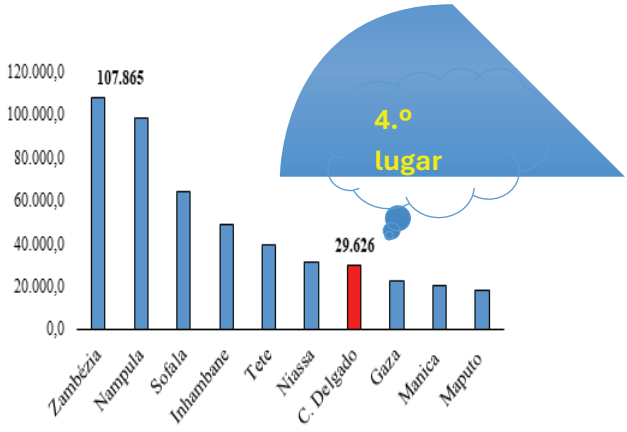
A contribuição da produção pesqueira de Cabo Delgado no país tem vindo a decrescer de forma consistente ao longo da última década. Em 2012, a quota da província na produção nacional atingiu o pico de 12,5%, ocupando a 4.ª posição no *ranking* nacional. Desde então, a dinâmica do sector tem vindo a perder relevância, tendo passado para 6,2% em 2024, relegando a província para a 7.ª posição entre os produtores de pescado do país[10] (Gráfico 11 e 12), contrastando assim com o seu potencial.

Gráfico 11: Produção de Pescado e Participação de Cabo Delgado no Total Nacional (2010-2024)



Fonte: INE (2025)

Gráfico 12: Quota de C. Delgado na Prod. Nacional de Pesca Artesanal (2012-24)



Fonte: INE (2025)

O desempenho limitado das pescas tem-se reflectido em menores rendimentos e oportunidades para as famílias. A fragilidade estrutural do sector traduziu-se numa redução significa da força de trabalho associada à pesca artesanal em Cabo Delgado. Conforme ilustrado na Tabela 2, a força de trabalho baixou de 46.902 para 30.625 e o de embarcações passou de 5.615 para 3.669, constituindo um claro indicador de perda de dinamismo económico e social na província (IDEPA, 2023) e MAAP (2025).

Tabela 2: Alguns Indicadores Estatísticos de Cabo Delgado

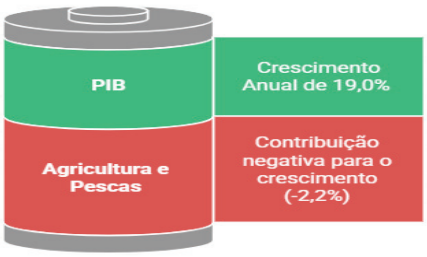
Descrição	2012	2024	Var. (%)
Forca de Trabalho	46.902	30.625	-34,7
Número de Embarcações	5.615	3.669	-34,1
Centros de Pesca	225	91	-59,6

Fonte: IDEPA (2023) e MAAP (2025)

[10] INE (2025)

O fraco dinamismo do sector afecta o desempenho económico da província. Em 2023, o PIB de Cabo Delgado cresceu 19%, impulsionado essencialmente pela indústria extractiva. Em contraste, o sector da agricultura e pescas registou uma contracção de 2,2%, contribuindo negativamente para o desempenho global (Figura 3).

Figura 3: Crescimento do PIB e Contrib. da Agric. e Pescas em C. Delgado (2023)



Fonte: INE (2024)

Apesar da riqueza biológica e da importância social da pesca artesanal, Cabo Delgado encontra-se hoje num dilema entre potencial e estagnação. A debilidade da cadeia de valor, a ausência de actividade industrial, a perda de postos de trabalho e a limitada capacidade de gestão dos recursos marinhos revelam um sector que sobrevive, mas não prospera. Esta realidade exprime a fragilidade das instituições que afectam as políticas e intervenções de apoio ao desenvolvimento do sector pesqueiro, num contexto de limitações locais.

Na secção seguinte, analisam-se os factores estruturais que explicam por que razão a abundância de recursos pesqueiros não se tem traduzido em prosperidade económica e social.

3.2. Principais Desafios e Barreiras ao Desenvolvimento do Sector das Pescas

O sector das pescas é caracterizado por falta de poder decisório e fragilização das instituições reguladoras e fiscalizadoras. Este ambiente decorre da existência de determinados actores e grupos influentes com interesses que se sobrepõem aos interesses colectivos, criando barreiras para o investimento privado, promovendo a concorrência desleal, ausência de transparência e ineficácia das políticas públicas. A assimetria entre a autoridade formal e a influência prática tem reduzido a capacidade das entidades legalmente competentes para implementar políticas e gerir o sector com base em critérios de interesse público.

A fragilidade institucional permite o surgimento de práticas informais nos processos de licenciamento e fiscalização, afectando a confiança e a competitividade do sector. Investidores nacionais e estrangeiros enfrentam barreiras traduzidas em custos adicionais

decorrentes de pagamentos informais não previstos na lei para garantir a emissão das licenças de (i) acesso, (ii) renovação e (iii) exportação.

Refira-se que, para o caso de acesso ao mercado, há relatos de exigência, por parte dos actores influentes, de participação no capital social das empresas sem contrapartida real, incluindo pedidos de adiantamento de dividendos antes do início das operações[11]. A FAO (2024) e a FiTI (2022) assinalam que a ausência de mecanismos digitais de controlo eficazes e de publicação sistemática das licenças e quotas atribuídas fragiliza a integridade institucional e favorece a captura do poder decisório institucional por aqueles actores. Como resultado, o sector permanece exposto a alianças informais, o que corrói a confiança pública e desencoraja o investimento produtivo de longo prazo.

Caixa 1: Grupos de Interesse Comprometem o Desenvolvimento do Sector das Pescas em Moçambique

O crescimento do sector das pescas tem sido condicionado por grupos influentes que moldam as decisões estratégicas e políticas. Estudos recentes indicam que várias empresas licenciadas para a pesca industrial e semi-industrial apresentam vínculos directos e indirectos com pessoas influentes ou familiares de decisores públicos, o que cria barreiras à entrada de operadores independentes e reduz a concorrência no sector.

A fragilidade institucional impede a execução das estratégias e planos de gestão pesqueira. A interferência de grupos políticos na tomada de decisões estratégicas e técnicas dificulta a implementação de reformas. Os planos e políticas elaborados com apoio dos parceiros de cooperação internacional enfrentam resistência dos responsáveis pela gestão das licenças, quotas e contratos de exportação, o que tem atrasado iniciativas como a monitoria electrónica e revisão do regime fiscal marítimo.

Práticas e pagamentos informais minam a competitividade e sustentabilidade do sector. Pagamentos informais a inspectores e técnicos para facilitar os processos de licenciamento, certificação para exportação, bem como a subnotificação de infracções durante as inspecções marítimas, comprometem a arrecadação de receitas públicas. Um caso registado em Cabo Delgado mostra que um projecto de aquacultura viável e preparado para exportar para a UE foi impedido de o fazer porque as autoridades se esqueceram de incluir o termo "Farming Fish" na licença sanitária. A omissão bloqueou a exportação e levou ao encerramento do projecto.

A falta de transparência reforça o desequilíbrio do poder no sector. Moçambique ainda não publica informações sobre os beneficiários efectivos das licenças de pesca nem sobre as multas pagas, contrariando os padrões internacionais. Esta opacidade dificulta a responsabilização e favorece a apropriação privada de receitas públicas.

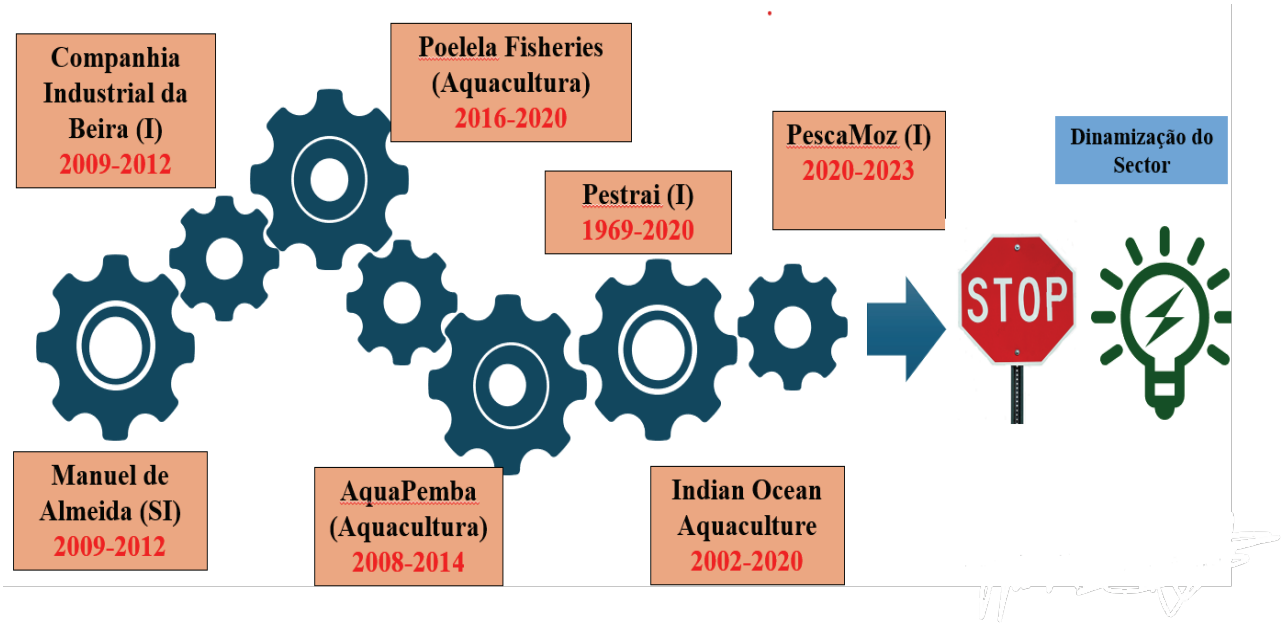
Fonte: Fisheries Transparency Initiative (2021), Anti-Corruption Resource Centre (2024), Transparency International (2024)

Este fenómeno, manifesta-se no encerramento sucessivo de iniciativas de pesca comercial. A exploração do sector das pescas num ambiente de fragilidade institucional gera custos operacionais elevados, deficiências logísticas e ausência de infra-estruturas de apoio, factores que comprometem a viabilidade dos empreendimentos. Como ilustrado na Figura 4, várias empresas

[11] Transparency International (2023) e Entrevistas (2025)

cessaram as suas actividades entre 2008 e 2023, demonstrando a incapacidade do sector em sustentar projectos comerciais de pesca de captura e aquacultura.

Figura 4: Operadores do Sector das Pescas que Encerraram Actividades



Fonte: ADNAP (2025) e Entrevistas /(2025)

O insucesso destes projectos evidencia a necessidade urgente de reformas de governação e de políticas públicas estáveis, capazes de criar um ambiente previsível e favorável à atracção de investimentos. Os incumprimentos na execução de estratégias e planos directores, as alterações frequentes na estrutura organizacional do sector das pescas e as interpretações divergentes da legislação em cada ciclo de governação afectam o funcionamento das instituições em Cabo Delgado, tal como noutras províncias do país. A título de exemplo, a recente criação do Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP) e a extinção do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca (MIMAIP) originaram ajustes institucionais ainda em fase de consolidação, gerando sobreposição de competências e desafios de coordenação sectorial. Acresce que a integração do sector num ministério de forte orientação agrícola pode reduzir a visibilidade e prioridade política da agenda da economia azul.

As fragilidades institucionais são exacerbadas pela limitação de recursos e desafios de gestão. A dotação orçamental destinada ao sector das pescas é residual, representando apenas 0,4% do Orçamento do Estado em 2024, dos quais menos de metade (47,5%) foi executado. Como

resultado, as estruturas locais de gestão operam com meios logísticos reduzidos e apoio técnico insuficiente, comprometendo a execução regular das funções essenciais do Estado no território. Adicionalmente, deficientes mecanismos de coordenação efectiva a nível provincial e distrital dificultam a continuidade das políticas públicas e a consolidação de resultados.

As limitações de infra-estruturas continuam a travar a entrada e permanência de investidores de pesca comercial em Cabo Delgado. A inexistência de um porto de pesca estruturado em Pemba dificulta a atracagem de embarcações, bem como as operações de congelamento, conservação, processamento e escoamento do pescado. O porto actual, de natureza comercial, aplica tarifas consideradas elevadas pelos investidores, entre USD 200 e USD 800 por estadia no cais, valores muito superiores aos praticados em outros portos especializados (cerca de USD 100)[12]. Como resultado, operadores de pesca comercial transferem as suas actividades para as províncias de Maputo, Sofala e Nampula, onde as condições logísticas e de acesso a infra-estruturas são mais favoráveis.

Figura 5: Mercado de Peixe no Bairro Paquitequete



Fonte: BM (2025)

As poucas infra-estruturas de apoio à comercialização do pescado apresentam condições precárias. A maioria dos mercados de peixe e portos de desembarque ao longo da costa carecem de sistemas de refrigeração, cobertura adequada e espaços higienizados para o manuseamento e processamento. O mercado do bairro Paquitequete, em Pemba (Figura 5), ilustra bem essa realidade: um espaço informal e vulnerável, onde o pescado é transaccionado sem condições básicas de conservação e higiene. Esta situação compromete a qualidade do produto, aumenta as perdas pós-captura e restringe o acesso a mercados mais exigentes.

[12] Entrevistas (2025)

A fraca coordenação entre as organizações não governamentais e o Estado fragmenta os esforços de desenvolvimento do sector pesqueiro. As entrevistas revelaram que múltiplas organizações actuam de forma quase que isolada, distribuindo os mesmos materiais e apoios às mesmas comunidades, com fraca articulação institucional e alinhamento com as prioridades distritais. Esta situação resulta em duplicação de recursos, ausência de continuidade e ineficiência na aplicação dos fundos, deixando vastas zonas costeiras sem apoio.

A reconfiguração frequente das instituições do Estado tem também comprometido a continuidade das políticas e projectos financiados pelos parceiros de cooperação. O IFAD (2025) refere que esta instabilidade conduz à dispersão de recursos, resultando na perda de património institucional, de infra-estruturas e de ganhos acumulados em ciclos anteriores de governação. Os programas impõem um limite máximo de 18% para despesas administrativas, destinando a maior parte dos recursos ao fortalecimento das políticas públicas e das infra-estruturas pesqueiras. No entanto, a ausência de instituições estáveis leva a que nalguns casos, os recursos sejam reorientados para apoiar áreas sociais e suprir as necessidades básicas das populações, em detrimento do apoio integral ao sector.

A fiscalização das actividades pesqueiras é limitada e concentra-se essencialmente nas zonas mais acessíveis, deixando grande parte da costa sem cobertura adequada. A falta de meios navais, aéreos e tecnológicos compromete a capacidade do Estado de exercer controlo efectivo sobre as suas águas, criando condições propícias à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. As perdas anuais estimadas em USD 70 milhões, o dobro do valor registado em 2016 (USD 35 milhões), evidenciam o agravamento da situação[13]. Embora tenham sido introduzidos sistemas modernos de rastreamento, como o *Vessel Monitoring System* (VMS) e o *Automatic Identification System* (AIS), o processo de fiscalização permanece limitado pela escassez de meios operacionais próprios para se aproximar das embarcações, levando as equipas, em alguns casos, a depender do apoio logístico de operadores privados (objecto de fiscalização) para realizar as inspecções. Adicionalmente, apesar do seu papel relevante, os CCP não dispõem de meios técnicos, operacionais e financeiros, o que limita a sua contribuição na fiscalização comunitária.

[13] Transparency International (2024)

Caixa 2: Monitoria Deficiente e Riscos Operacionais na Fiscalização das Pescas

Com a quarta maior costa do continente africano, o país não dispõe de embarcações de fiscalização em mar aberto alimentando uma cultura de impunidade. Moçambique não possui navios de patrulha oceânica e realiza apenas operações costeiras com recursos limitados, dependendo de embarcações privadas e estrangeiras e de sistemas de vigilância por satélite para monitorar a sua zona económica exclusiva, o que facilita a entrada e actuação de embarcações ilegais e limita a aplicação efectiva da Lei. Por exemplo, em 2010, três palangreiros espanhóis foram notificados por não declararem as capturas efectuadas ao abrigo do Acordo de Parceria para a Pesca Sustentável entre a UE e Moçambique, totalizando 14 relatórios de entrada/saída sem registo de captura. Apesar da infracção, o processo resultou apenas numa multa administrativa, sem revisão das autorizações de pesca.

A ausência de sanções efectivas transmite uma imagem de tolerância institucional a práticas contrárias à Lei. O Centro Regional de Monitoria, Controlo e Vigilância da SADC (MCSCC), sediado em Maputo, e a cooperação com parceiros internacionais permitem a maior partilha de informação e rastreio remoto das embarcações. Contudo, sem aplicação rigorosa de sanções e divulgação pública das infracções, os avanços tecnológicos continuam a ter impacto limitado.

Fonte: Stop Illegal Fishing (2010), Environmental Justice Foundation (2024), FAO (2025), SADC MCSCC (2023).

Aliado aos factores acima elencados, verifica-se uma intensificação da sobrepesca pressionando os ecossistemas costeiros. A situação agravou-se com o conflito armado no norte da província, que provocou o abandono das principais zonas de produção (Palma, Macomia, Quissanga e Mocímboa da Praia) e deslocação de um número significativo de pescadores. Muitos destes acabaram por se concentrar em áreas seguras (Pemba, Metuge e Mecúfi), aumentando a pressão sobre os recursos nestas zonas. A inexistência de embarcações adequadas limita a capacidade de deslocação para áreas mais afastadas, intensificando ainda mais a exploração da pesca costeira. Esta concentração excessiva de embarcações num espaço ecológico limitado, aliada à utilização de artes de pesca nocivas e a incursão frequentes em zonas proibidas ou ecologicamente sensíveis, tem provocado a redução dos tamanhos médios das capturas, o esgotamento de espécies costeiras e a degradação dos *habitats* marinhos, comprometendo a sustentabilidade futura do sector.

Caixa 3: Pesca Ilegal – Um Desafio à Soberania e à Sustentabilidade

A pesca ilegal constitui uma das principais ameaças à soberania económica e à sustentabilidade dos recursos marinhos. Estima-se que Moçambique perca entre USD 60 e 70 milhões por ano devido à captura não reportada e à evasão fiscal associada a operações de pesca ilícita. Em Cabo Delgado, por exemplo, foram documentadas práticas de pesca ilegal e contrabando de polvo para a República da Tanzânia, um comércio paralelo que priva o país de receitas e afecta directamente as comunidades costeiras.

Adicionalmente, embarcações estrangeiras têm operado fora das áreas autorizadas e, em alguns casos, durante períodos de defeso, aproveitando-se das falhas no sistema de licenciamento e da ausência de sanções eficazes. Estudos mostram que 20 embarcações chinesas operam na costa de Moçambique a realizar pesca de arrasto em áreas proibidas, reservadas à pesca artesanal e em aéreas marinhas protegidas. A maioria destas embarcações não constam das listas oficiais de licenças emitidas pelas autoridades moçambicanas, recorrendo a licenças obtidas por empresas nacionais ligadas a elites políticas, uma clara violação do artigo 44 da Lei de Pescas n.º 22/2013 (intransmissibilidade da licença de pesca).

Fonte: Agência de Informação de Moçambique (2024), Anti-Corruption Resource Centre (2024) e Environmental Justice Foundation (2024).

IV. PROPOSTAS DE MEDIDAS PARA A DINAMIZAÇÃO DO SECTOR PESQUEIRO

Na sequência dos constrangimentos identificados, o presente estudo propõe um conjunto articulado de medidas estruturantes, orientadas para restaurar a integridade institucional do sector, aumentar a eficiência económica, fortalecer a soberania marítima e atrair investidores legais e a pesca comercial, com realce para:

1. Desmantelamento de redes de interesse com o objectivo de quebrar a influência de grupos fortes movidos por interesses individuais, de modo a restaurar o poder decisório e a autoridade das instituições na gestão dos recursos marinhos.

- **Licenciamento automático e público** — introdução de um sistema digital com critérios objectivos e publicação *online* de quotas e beneficiários, assegurando transparência e rastreabilidade do processo (*Senegal*).
- **Auditoria forense e confisco de ganhos ilícitos** — inspecção de licenças subalugadas, inactivas e receitas sonegadas, com confisco de património e responsabilização dos envolvidos, desmantelando os grupos influentes para restaurar a integridade e poder das instituições (*Mauritânia e Namíbia).*
- **Descentralização dos serviços atribuindo autonomia e rotatividade de gestão** — concessão de autonomia financeira e operacional às instituições provinciais e locais, com mandatos limitados e rotatividade periódica de dirigentes, para reduzir redes de compadrio e reforçar a gestão directa dos recursos (*Namíbia*).

2. Valorização da pesca artesanal, assegurando a sua integração na cadeia de valor para satisfazer as necessidades de consumo doméstico.

- **Reorientação dos fundos de importação para compra do pescado no mercado nacional, visando satisfazer a procura interna** — priorizar aquisições públicas de pescado artesanal para reduzir importações e fortalecer o mercado interno, garantindo rendimento aos produtores locais *(Gana).*

- **Digitalização da certificação comunitária** — aperfeiçoar o registo nacional de pescadores e embarcações artesanais, com emissão de licenças e certificados digitais, permitindo acesso a crédito, mercados e programas públicos (*Senegal e Gana).*
- **Integração na cadeia de valor** — criação de ligação entre a pesca artesanal e a indústria transformadora, com incentivos fiscais para compra directa do pescado artesanal, rastreabilidade digital e exportação certificada (*Madagáscar e Mauritânia*).

3. Dotação de infra-estruturas para a pesca comercial

- **Construção de porto de pesca em Cabo Delgado** – edificação de uma infra-estrutura portuária moderna, com cais de descarga, unidades de frio e área de processamento, destinada a dinamizar a pesca comercial e reduzir custos logísticos (*Tanzânia*).
- **Dotação de infra-estruturas e serviços costeiros dedicados** — construção e reabilitação de centros de desembarque, unidades de frio, mercados e oficinas de manutenção, geridos por associações locais e CCP com contratos de desempenho (*Cabo Verde e Tanzânia).*
- **Aprimorar uma fiscalização permanente** —aquisição e operacionalização de embarcações de fiscalização, complementada por vigilância por satélite (VMS e AIS), drones e acções conjuntas entre MAAP, INAMAR, ITRANSMAR, FADM e CCP, garantindo presença constante no mar e nas zonas costeiras (*Tanzânia e Namíbia*).

V. QUESTÕES PARA DEBATE

1. Como desmantelar os actores ou grupo de actores poderosos com interesses superiores aos interesses colectivos?

2. Como estimular /acelerar o processo de integração da pesca artesanal na cadeia do valor para assegurar uma maior contribuição na economia?

3. Havendo consciência sobre a necessidade, o que falta para construir o porto de pesca em Cabo Delgado?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Direcção Nacional de Pescas e Aquacultura. (2025). *Proposta de Medidas de Aceleração Económica para o Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura.* Maputo: Ministério da Agricultura Ambiente e ePescas.

FAO. (2022). *Fishery and Aquaculture Country Profiles: Namibia.* Rome: FAO.

BM. (Agosto de 2025). *BM.* Obtido de BM - Crédito Por Finalidade-Junho de 2025: https://www.bancomoc.mz/pt/areas-de-actuacao/estatisticas/dominios-e-indicadores-estatisticos/estatisticas-de-credito/credito-por-finalidade-junho-de-2025/

BM. (2025). *Boletim Anual da Balança de Pagamentos.* Maputo: Banco de Moçambique.

Capaina, N. (2021). *Moçambique e a Importação do Carapau: Um Desafio sem Alternativas (!?).* Maputo: Observatório do Meio Rural.

Capaina, Nelson. (2021). *Caracterização do Sector das Pescas em Moçambique.* Maputo: Observatório do Meio Rural.

Departamento do Plano e Orçamento de Cabo Delgado. (2025). PAemba: Serviço Provincial da Economia e Finanças de Cabo Delgado.

FAO. (2016). *Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries. .* Rome:: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

FAO. (2020). *The State of World Fisheries and Aquaculture 2020: Sustainability in Action.* Rome: FAO.

FAO. (2021). *Fisheries and Aquaculture Country Profile – Mauritania.* Rome: FAO.

FAO. (2022). *Support Post Conflict Fisheries Sector Damage Assessment.* FAO.

FAO. (2024). *The State of World Fisheries and Aquaculture.* Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.

FAO. (2024). *The State of World Fisheries and Aquaculture 2024. Blue Transformation in Action.* Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

FAO. (18 de Julho de 2025). Obtido de https://openknowledge.fao.org/items/06690fd0-d133-424c-9673-1849e414543d

GIZ. (2023). *Partnerships for Sustainable Fisheries: Mauritania Case Study.* GIZ.

IBAMA. (2021). *Cadastro Nacional de Pescadores Artesanais – Relatório Técnico.* Brasília: IBAMA.

IDEPA. (2023). *Relatório Final do Censo da Pesca Artesanal e Aquacultura, 2022.* Maputo: Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas.

IDEPA. (2025). *Apresentação do IDEPA, IP.* Maputo: Ministério de Agricultura, Ambiente e Pescas.

INE. (2024). *Anuário Estatístico da Província de Cabo Delgado.* Maputo: INE.

INE. (2024). *Contas Nacionais - PIB por Província Preliminar.* Maputo: INE.

INE. (2025). *INE*. Obtido de INE: https://www.ine.gov.mz/web/guest/estat%C3%ADsticas/-/document_library/pfpz/view/45027

INE. (2025). *Quadro de Indicadores de Desempenho do Sector das Pescas 2014 - 2024.* Maputo: INE.

INE. (2025). *Volume de Produção Pesqueira.* Maputo.

Jones, K. e. (2021). *Spatial Prioritization Analysis to support MPAs expansion in Mozambique – Technical Report*. Maputo: Wildlife Conservation Society - Mozambique & Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP).

MAAP. (2025). *Desafios para o Desenvolvimento do Sector das Pescas em Moçambique: O Caso da Província de Cabo Delgado* . Maputo: MAAP.

MAPA. (2022). *Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2022/2023.* Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MIMAIP. Boletim Estatístico da Pesca e Aquacultura (2010-2022).

A redução do licenciamento das frotas pesqueiras limitou igualmente a capacidade fiscal do sectorMF. (2025). *Ministério das Finanças*. Obtido de Ministério das Finanças: https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/bdpesoe/bdpesoe-2024/2233-anexo-iii-3-compromissos-sectoriais-anual/file

MOA. (2021). *China Fisheries Yearbook.* Pequim:: Ministry of Agriculture and Rural Affairs of China.

Norwegian Directorate of Fisheries. (2021). *Fisheries Monitoring and Enforcement Report. Bergen: Directorate of Fisheries.* Bergen: Norwegian Directorate of Fisheries.

OECD. (2022). *OECD Review of Fisheries 2022.* Paris: OECD Publishing.

OECD. (2025). *OECD Review of Fisheries 2025.* PARIS: OECD Publishing, Paris.

ORRAA. (2023). *Mozambique Fisheries and Gender Fact Sheet.* London: Ocean Risk and Resilience Action Alliance.

RTP (2006). https://www.rtp.pt/noticias/economia/camarao-roubado-em-empresa-de-aquacultura-mocambicana_n80670

World Bank. (2022). *Mauritania – Fisheries for Shared Growth.* Washington, DC: World Bank.

WorldFish Center. (2021). *WorldFish Strategy 2030: Harnessing fisheries and aquaculture for sustainable and equitable food systems.* Penang, Malaysia: WorldFish.

WorldFish Center. (2022). *Climate Change and Small-Scale Fisheries: Risks and Adaptation Strategies.* Penang: WorldFish Center.

Xiong, B. (2024). *Technological Innovation in Chinese Aquaculture: Sustainability Pathways. Aquaculture International.*

Zhang, L. C. (2023). *Aquaculture Development in China: Challenges and Policy Responses. Marine Policy.*

ANEXO 1: PROPOSTAS DE ACÇÕES PARA ALAVANCAR O POTENCIAL DA PESCA EM MOÇAMBIQUE

Desafio Identificado	Medida Proposta	Responsável	Horizonte Temporal	Prioridade	Resultados Esperados	Experiência Internacional
Desmantelamento de redes de interesse com o objectivo de quebrar a influência de grupos fortes movidos por interesses individuais, de modo a restaurar o poder decisório e autoridade das instituições na gestão dos recursos marinhos						
Falta de poder decisório e fragilização das instituições reguladoras e fiscalizadoras Captura institucional e influência de grupos de interesse	Introduzir sistema de licenciamento automático e público, com critérios objectivos e publicação *online* de quotas e beneficiários.	MAAP; Tribunal Administrativo; Assembleia da República	Curto prazo	Muito alta	Transparência nas licenças e redução da influência política sobre o processo decisório.	Senegal (portal público de licenciamento)
Práticas informais nos processos de licenciamento e fiscalização.	Realizar auditorias forenses a licenças inactivas e receitas sonegadas, com confisco de ganhos ilícitos e responsabilização dos envolvidos.	MAAP; AT; PGR	Médio prazo	Muito Alta	Reforço da integridade institucional e recuperação de receitas perdidas.	Mauritânia (auditorias e sanções administrativas)
Interferência de grupos políticos e económicos e Centralização excessiva da gestão pesqueira	Descentralizar serviços de licenciamento e gestão, com autonomia financeira e rotatividade periódica de dirigentes locais.	MAAP; Governos Provinciais	Médio prazo	Alta	Maior eficiência administrativa e redução de redes de compadrio locais.	Namíbia (gestão costeira descentralizada)
Valorização da pesca artesanal, assegurando a sua integração na cadeia de valor para satisfazer as necessidades de consumo doméstico.						
Dependência de importações e fraca valorização do pescado nacional.	Reorientar fundos de importação para compra de pescado local, fortalecendo a	MAAP; MF; APIEX	Médio prazo	Alta	Estímulo ao mercado nacional e redução da dependência de importações.	Senegal e Gana (promoção do consumo interno de pescado)

	procura interna e o rendimento dos produtores.					
Falta de integração da pesca artesanal na cadeia de valor.	Digitalizar a certificação comunitária e registo de pescadores, com acesso a crédito e mercados formais.	MAAP; CCP; Associações Locais	Médio prazo	Alta	Integração da pesca artesanal nas cadeias de valor formais e aumento do valor acrescentado nacional.	Senegal (registo digital de pescadores)
Desconexão entre a pesca artesanal e a indústria transformadora.	Criar mecanismos de ligação entre a pesca artesanal e a indústria transformadora, mediante incentivos fiscais à compra directa de pescado artesanal, rastreabilidade digital e promoção da exportação certificada.	MAAP; MF; APIEX	Médio prazo	Alta		Mauritânia e Madagáscar — incentivos à compra local e exportação certificada.
Dotação de infra-estruturas para a pesca comercial, com controlo público, responsabilização directa e reforço dos meios operacionais.						
Inexistência de um porto de pesca em Pemba e infra-estruturas precárias de postos de desembarques integrados.	Reabilitar e construir centros de desembarque e unidades de frio geridos localmente com contratos de desempenho.	MAAP; MOPHRH; CCP; Governos Locais	Médio prazo	Alta	Melhoria das condições pós-captura e redução de perdas de pescado.	Cabo Verde e Tanzânia (infra-estruturas costeiras comunitárias)
Fiscalização insuficiente e dispersa	Executar plano nacional de fiscalização marítima com embarcações dedicadas, drones e monitoria por satélite.	MAAP; INAMAR; FADM; Polícia Marítima	Curto prazo	Muito alta	Aumento da cobertura de fiscalização e redução da pesca ilegal.	Tanzânia (modelo de Beach Management Units)

ANEXO 2: INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

Instituições do Estado:

- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura
- Administração Nacional das Pescas
- Instituto Nacional do Mar
- Direcção Nacional de Pescas e Aquacultura
- Direcção Nacional da Indústria
- Administração Nacional das Pescas – Delegação de Cabo Delgado
- Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
- Instituto Nacional de Estatística
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura – Delegação de Cabo Delgado
- Instituto Oceanográfico de Moçambique – Delegação de Cabo Delgado
- Serviço Distrital de Actividades Económicas de Mecúfi
- Serviço Distrital de Actividades Económicas de Pemba
- Serviço Distrital de Actividades Económicas de Metuge

Parceiros de Cooperação

- Banco Mundial
- FAO
- OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento
- Fundação Aga Khan
- ADPP Moçambique

Instituição de Pesquisa

- Observatório do Meio Rural

Associações

- Associação Moçambicana de Armadores de Pesca Industrial

- Conselhos Comunitários de Pescas de: (i) Chuiba; (ii) Pemba; (iii) Ruela; (iii) Murrebue Sede; (iv) Mawei; (v) Bandara
- Associação de comerciantes de pescado de Pemba
- Associação de Pescadores Wiwanama
- Associação de Pescadores Ophela
- Associação Irmãos Unidos

Entidades da República da Tanzânia

- Bank of Tanzania
- Ministry of Livestock and Fisheries, Mainland Tanzania
- Tanzania Fisheries Research Institute
- Deep-Sea Fishing Authority

ANEXO 3: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Experiências Relevantes para o Desenvolvimento do Sector das Pescas

Esta secção apresenta experiências internacionais relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável do sector das pescas. Foram analisados países que, perante constrangimentos distintos, adoptaram medidas transformadoras assentes em pilares como a ciência aplicada à gestão, a inclusão produtiva, a rastreabilidade e a valorização económica dos recursos haliêuticos.

As experiências demonstram que o êxito na modernização do sector depende, em grande medida, da existência de mecanismos eficazes de coordenação institucional, do envolvimento activo dos actores da cadeia de valor e de um apoio público consistente. A criação de plataformas de concertação entre governos, indústria, produtores e comunidades, aliada a políticas orientadas por evidência científica, tem-se revelado determinante para assegurar a sustentabilidade ecológica, a eficiência económica e a inclusão social.

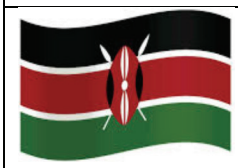
País	Problema identificado	Medidas Adoptadas	Resultados Alcançados
 ***Senegal***	• Instituições frágeis e ausência de mecanismos formais de co-gestão (captura institucional). • Conflitos constantes entre pesca artesanal e industrial. • Fraca capacidade de fiscalização, com perda de recursos e desordem no espaço marítimo.	• Introdução do Registo Electrónico Nacional de Licenças com critérios objectivos, publicação pública das quotas e cartões biométricos para pescadores artesanais. • Criação dos Conselhos Locais de Pesca Artesanal (CLPA), com base legal clara e mandato definido. • Revisão do Código da Pesca que consolidou os CLPA como instrumentos de co-gestão reconhecidos pelo Estado. • Convenções locais: cada comunidade definiu regras próprias (zonas de exclusão, defeso, limites de captura). • Apoio para capacitação, vigilância e mediação de conflitos.	• Redução de 45% nos conflitos de licenciamento; • Eliminação de 800 embarcações-"fantasma". • 50 CLPA criados, transformando comunidades em co-gestores da pesca. • Redução de conflitos e da pesca ilegal mercê da legitimidade local das regras. • Fortalecimento da governança participativa: pescadores passaram de excluídos a actores centrais nas decisões. • Reconhecimento internacional do modelo como referência regional, replicado na Mauritânia e Gâmbia.

País	Problema identificado	Medidas Adoptadas	Resultados Alcançados
 ***Mauritânia***	• Redes de subaluguer e evasão fiscal generalizada no licenciamento industrial. • Exploração por frotas estrangeiras com fracos benefícios para a economia nacional • Ausência de infra-estruturas e baixa capacidade de valorização local do pescado. • Fraca vigilância marítima.	• Realização de auditorias forenses e confisco de embarcações e receitas ilícitas; • Criação do Fundo *Bleu* para reinvestir recursos recuperados na fiscalização. • Revisão dos acordos com a UE e Japão impondo cláusulas de emprego e transferência de tecnologia. • Financiamento de portos pesqueiros, fábricas de gelo, unidades de processamento com receitas de licenciamento. • Reforço da vigilância com apoio técnico e material do Japão e UE e instalação de sistemas de monitoria costeira.	• Revogação de 92 licenças irregulares. • Recuperação de USD 25 milhões em receitas. • Aumento de 30% na fiscalização efectiva em zonas costeiras. • Reforço da soberania económica e retenção de maior valor no país. • Sector representa: ○ 6% a 10% do PIB; ○ 35% a 50% das exportações; • 65 mil empregos directos e 220 mil indirectos.

País	Problema identificado	Medidas Adoptadas	Resultados Alcançados
 ***Tanzânia***	• Pesca ilegal e falta de meios de fiscalização. • Falta de acesso a crédito formal para pescadores e aquicultores. • Dependência de capital informal com juros elevados. • Fraca modernização da frota e da aquacultura.	• Criação do *Marine and Fisheries Patrol Command* (força conjunta entre MAIF e Marinha) com contratos de desempenho e vigilância integrada (drones e satélites). • Criação do Banco de Desenvolvimento Agrícola da Tanzânia (TADB) em 2012, com linhas específicas para agricultura e pescas. • Empréstimos bonificados e sem juros para aquisição de barcos modernos, tanques de aquacultura e cultivo de algas marinhas. • Redução/isenção parcial de IVA sobre insumos de aquacultura (rações, equipamentos). • Inclusão da pesca no Plano Director do Sector das Pescas (2021/22–2036/37), com prioridade para infra-estruturas como o Porto de	• Redução de 40% das infracções em 3 anos. • Aumento de 25% nas apreensões. • Redução da dependência do crédito informal, integrando milhares de pescadores no sistema bancário formal. • Produção aquícola aumentou de 29 mil toneladas, em 2016, para cerca de 45 mil toneladas, em 2022. • Modernização da frota artesanal: os barcos financiados permitiram aumentar a capacidade de captura em 40% em zonas costeiras e lacustres. • O Porto de Kilwa (2023) criou mais de 30.000 empregos directos e indirectos e infra-estruturas de frio e processamento com capacidade anual para 60 mil toneladas de pescado.

País	Problema identificado	Medidas Adoptadas	Resultados Alcançados
		Pesca de Kilwa e zonas industriais.	
 ***Namíbia***	• Corrupção e captura política após o escândalo 'Fishrot'. • Fraca integração das comunidades artesanais • Elevado desperdício e subaproveitamento dos subprodutos. • Dificuldade em aceder a mercados *premium*.	• Introdução de mandatos limitados e rotação obrigatória nas chefias do ministério e empresas públicas. • Publicação de todos os contratos e quotas no Diário Oficial. • Implementação do *National Plan of Action for Small-Scale Fisheries* que, entre outros, reconhece os direitos das comunidades e promove investimento em infra-estruturas locais (pontos de desembarque, unidades de conservações e outros).	• Redução de interferência política directa. • Recuperação de 15% nas receitas do sector em dois anos. • Comunidades formalmente integradas. • Criação de 30 fábricas e valorização do produto nacional. • Aproveitamento de até 30% da biomassa antes descartada. • Acesso a mercados europeus com preços superiores.

País	Problema identificado	Medidas Adoptadas	Resultados Alcançados
		• Promoção das Campanhas "100% Fish' e Namibia Ocean Cluster" visando transformar cabeças, peles, espinhas em farinha, óleo e artesanato – valorização da biomassa.	
 ***África do Sul***	• Exportação em bruto com pouco valor acrescentado. • Queda de *stocks* (abalone, lagosta) e perda de acesso a mercados *premium*. • Ausência de *clusters* industriais para retenção de valor.	• Apoio financeiro do Industrial Development Corporation (IDC) para aquacultura de abalone e fábricas de processamento. • Introdução de certificação internacional e obrigatoriedade de transformação local no caso da lagosta do Cabo. • Criação da Zona de Desenvolvimento Industrial de Saldanha Bay, com incentivos fiscais para atrair indústrias costeiras.	• Exportações de abalone cultivado superam USD 100 milhões/ano. • Mais de 85% da lagosta é exportada processada e certificada, alcançando preços *premium* e criando empregos locais. • O *cluster* de Saldanha Bay consolidou cadeias de transformação aumentando a retenção interna de valor.
Cabo Verde 	• Baixa execução de investimentos e má gestão de projectos públicos.	• Implementação do sistema digital de gestão financeira com contratos-	• Aumento de 30% na taxa de execução de projectos;

País	Problema identificado	Medidas Adoptadas	Resultados Alcançados
		programa e auditoria fotográfica do progresso físico.	• Maior previsibilidade orçamental e redução de atrasos em obras de infra-estrutura.
Gana 	• Atrasos e desvios em desembolsos públicos. • Fraca responsabilização por resultados.	• Aplicação do Public Financial Management Act (2016) com desembolsos automáticos vinculados à execução física certificada.	• Bloqueio automático de fundos em caso de incumprimento. • Aumento de 20% na taxa de execução e transparência fiscal.
 ***Quénia***	• Falta de transparência e controlo sobre transferências públicas e fundos locais.	• Lançamento do Open Budget Portal e integração com o *Integrated Financial Management Information System*, permitindo monitorização pública mensal das receitas e despesas.	• Redução de 35% em desvios e atrasos de transferências. • Maior pressão social sobre a execução orçamental. • Melhoria na confiança pública.
 ***Madagáscar***	• Fraca valorização do pescado artesanal e exclusão de mercados externos.	• Criação do Sistema Comunitário de Rastreabilidade, integrando certificação digital e parcerias com exportadores.	• Exportação certificada para a UE. • Aumento de 20% no preço médio pago ao produtor. • Maior inclusão de comunidades na cadeia de valor.

SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES DA AUDIÊNCIA NA APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

1. **O estudo foi reconhecido pela qualidade técnica, relevância e integração**. Os participantes felicitaram o Banco de Moçambique pela profundidade analítica e pela pertinência do tema, considerando-o oportuno para a economia da província e do país. Destacaram o envolvimento das instituições do sector e o rigor metodológico do diagnóstico, que permitiu compreender com clareza os desafios estruturais e as oportunidades de reforma.

2. **O sector das pescas é diversificado e regionalmente diferenciado.** Este integra três subsectores (artesanal, semi-industrial e industrial) que operam em zonas distintas do país, segundo a disponibilidade de recursos e o tipo de espécies. É importante a adopção de políticas diferenciadas e de gestão adaptativa, ajustadas à vocação ecológica e económica de cada zona pesqueira, garantindo equilíbrio entre exploração e sustentabilidade.

3. **A extensão da costa moçambicana não corresponde à abundância de recursos pesqueiros.** O país é banhado por uma corrente quente, sem o efeito de ressurgência (*upwelling*) característico das correntes frias de Benguela, o que limita a produtividade biológica. Por essa razão, há necessidade de uma planificação baseada em dados científicos actualizados, evitando decisões que associem extensão costeira a volume de recursos.

4. **Políticas passadas conduziram à introdução de embarcações sem base técnica adequada.** Por exemplo, em 2015 foi autorizada a entrada de mais de cem embarcações, resultando em insucesso e abandono de operações por falta de rentabilidade. A pesca é uma actividade de elevado custo e risco, exigindo previsibilidade e conhecimento efectivo do manancial existente.

5. **Os intervenientes destacaram o investimento nacional em frota moderna e a valorização do pescado.** Referiu-se que Moçambique possui embarcações tecnologicamente avançadas, fruto de investimento privado, o que demonstra capacidade empresarial interna. Sublinhou-se, contudo, que a rentabilidade depende

do equilíbrio entre esforço de captura e abundância real de mananciais, sendo essencial garantir sustentabilidade económica e ambiental.

6. **A Argentina é uma referência de boa governação pesqueira.** A recuperação do camarão argentino, após o combate à pesca ilegal e a regeneração dos mananciais, foi apresentada como modelo de gestão sustentável. O controlo e a fiscalização devem ser acompanhados de investigação científica contínua, incluindo o estudo da Zona Económica Exclusiva de 200 milhas, para determinar o potencial real do país.

7. **Cabo Delgado é uma província com vasto potencial para a pesca extractiva, a aquacultura e a piscicultura.** Destaca-se a sua linha de costa de cerca de 430 quilómetros e a existência de várias bacias interiores com condições favoráveis ao cultivo de espécies marinhas e de água doce. Contudo, prevalecem deficiências críticas de infra-estruturas, como a ausência de um porto de pesca funcional, de cadeias de frio e de unidades de conservação, bem como constrangimentos ligados à insegurança em alguns distritos costeiros, que reduzem a actividade artesanal e comprometem o aproveitamento efectivo dos recursos locais.

8. **Foi apresentada uma proposta técnica para harmonizar as tarifas portuárias e reduzir desigualdades regionais.** As tarifas no porto comercial em Cabo Delgado oscilam entre USD 200 e 800, enquanto nos portos de pesca (Nampula, Zambézia, Sofala, Maputo) se situam em torno de USD 100 dólares, reflectindo diferenças entre procura, custos fixos e rendibilidade das concessões. Neste contexto, recomenda-se a adopção de um modelo de subsídio cruzado entre portos, através do qual os de maior rentabilidade possam compensar os de menor retorno económico, promovendo maior equilíbrio tarifário e incentivando a actividade pesqueira nas zonas de menor desenvolvimento.

9. **As comunidades locais apelaram a uma maior equidade e inclusão nas políticas do sector.** O CCP de Muxara manifestou preocupação com a distribuição desigual de meios de fiscalização, referindo que algumas associações ainda não receberam barcos a motor e carecem de condições básicas de funcionamento. Solicitou, igualmente, substituição

ou compensação justa para os pescadores afectados pela proibição de uso de artes consideradas nocivas (redes de arrasto e as redes mosquiteiras.

10. **A aquacultura foi apontada como pilar estratégico para o futuro do sector.** Os intervenientes identificaram constrangimentos que limitam o seu crescimento, nomeadamente os custos elevados de produção, a escassez de rações e os atrasos no reembolso do IVA, que reduzem a rentabilidade das iniciativas privadas. Defendeu-se a criação de condições mais favoráveis ao investimento, assegurando previsibilidade, eficiência administrativa e redução de encargos operacionais para os produtores nacionais.

11. **O financiamento e o papel da banca são tidos como factores decisivos para a dinamização do sector.** É importante desenvolver instrumentos financeiros adequados à natureza do sector, à semelhança das experiências bem-sucedidas observadas na África do Sul e na Namíbia. O financiamento deve articular-se com a cadeia de valor, de modo a assegurar maior previsibilidade e retorno económico.

12. **Persistem igualmente, constrangimentos estruturais que afectam a valorização dos operadores locais**. Em Cabo Delgado, persiste uma percepção difundida entre megaprojectos de que os empresários locais "não têm capacidade", o que, segundo vários intervenientes, reflecte também a falta de apoio efectivo da banca nacional. Sem uma maior disponibilidade de crédito, garantias e acompanhamento técnico, os operadores locais não conseguem suportar os custos elevados da actividade pesqueira, o que perpetua a dependência de operadores externos e limita o desenvolvimento de empresas moçambicanas no sector.

13. **Há necessidade de reforçar a coordenação institucional e científica.** As universidades e centros de investigação têm um papel importante na produção de conhecimento aplicado e no apoio técnico às políticas públicas. A simplificação administrativa e a descentralização de decisões podem contribuir para maior eficiência, transparência e atracção de investimento privado.

14. **Os participantes reafirmaram a importância de promover o consumo interno e a valorização local do pescado**. Foi referido que os preços elevados e a exportação predominante limitam o acesso das populações a produtos marinhos. Defendeu-se a diversificação da cadeia de valor e a criação de políticas que estimulem o consumo nacional, de modo a associar o desenvolvimento das pescas à melhoria do bem-estar social.

Lista dos intervenientes:

Nome	**Instituição/cargo**
Lucinda Mangue	Directora Nacional de Pescas e Aquacultura – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Muzila Nhatsave	Secretário-Geral da Associação Moçambicana dos Armadores de Pesca Industrial e Camarão
Mamudo Irage	Presidente da Confederação das Associações Económicas de Cabo Delgado
Jaana Keitaanranta	Directora do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola em Moçambique
Daniel Agostinho	Director dos Serviços Provinciais das Actividades Económicas de Cabo Delgado
Valige Tauabo	Governador da Província de Cabo Delgado
Satar Abdulgani	Representante do Conselho Municipal da Cidade de Pemba
Teotónio Comiche	Presidente da Associação Moçambicana de Bancos (AMB)
Dionísio Monteiro	Representante do CCP de Muxara
Ernesto Gove	Antigo Governador do Banco de Moçambique
Adriano Maleiane	Ex-Primeiro-Ministro de Moçambique e Antigo Governador do Banco de Moçambique

NOTAS FINAIS PROFERIDAS POR:
Sua Excelência o Governador do BM

Rogério Lucas Zandamela

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

1. É com profundo sentimento de satisfação, orgulho institucional e de dever cumprido que encerramos as actividades do **Quinquagésimo Conselho Consultivo do Banco de Moçambique.**

2. Aproveito esta ocasião para endereçar os nossos agradecimentos a todos por nos honrarem com a vossa calorosa presença e pela entrega e empenho demonstrados no debate dinâmico, rico e inspirador, num tema de grande relevância para o sector das pescas, um sector estratégico para o nosso País.

3. Estamos conscientes de que a complexidade dos desafios que assolam o sector das pescas não se resolve num único encontro, mas sim através de um processo contínuo de diálogo e concertação.

4. Por isso, este fórum não deve ser visto como um ponto final, mas como um marco de partida, que lança as bases para acções transformadoras, de modo a propiciar a revitalização sustentável da actividade pesqueira em Moçambique.

5. Das reflexões realizadas e das valiosas contribuições recolhidas, emergiram recomendações de elevado valor prático e estratégico, que o Banco de Moçambique fará chegar às autoridades competentes, com o propósito de promover a sua implementação e execução efectiva**, de modo a traduzir as ideias em resultados concretos para o País e para as comunidades que vivem da pesca.**

Distintos Convidados,

6. Não seria justo reduzir a riqueza das intervenções deste debate num simples resumo, mas ainda assim permitam-me, em jeito de fecho da nossa sessão, destacar três grandes eixos de consenso que dominaram as intervenções:

a. **Primeiro, é imperativo desenhar e melhorar políticas de estratégias para alavancar o sector das pescas, incluindo o estímulo para a aquacultura onde o país tem um maior potencial.**

b. **Segundo, acabar com a pesca ilegal permitindo a recuperação dos mananciais pesqueiros. A fiscalização é importante, mas é preciso investir na investigação científica, incluindo a integração das universidades no desenho e execução das auditorias forenses e aprimoramento do conhecimento do potencial e biodiversidade da costa.**

c. **Terceiro, promover mais a cadeia de valor e o acesso aos mercados, apostando mais com os parceiros de cooperação. Assim é essencial, encontrar junto do sector privado e a banca comercial os produtos financeiros mais adequados para o sector das pescas.**

d. **Por último, é determinante dotar o sector de infra-estruturas modernas e funcionais capazes de promover a pesca comercial**, incluindo a construção de um porto de pesca integrado em Cabo Delgado, aliado a promoção da pesca semi-industrial e em unidades de conservação.

7. Para terminar, quero desejar a todos presentes e suas estimadas famílias **festas felizes e um próspero 2026**, repleto de saúde, realizações e esperança renovada para Moçambique.

Assim, declaro **encerrado o Quinquagésimo Conselho Consultivo do Banco de Moçambique.**
Muito obrigado!